

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ARMÊNIA: DIPLOMACIA, COMÉRCIO E CULTURA

Bernardo Marques Leão Ferreira¹

Lucca Simonetti Munhoz²

Resumo

O presente artigo propõe examinar as relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática da Armênia. Com este intuito, foi feito um recorte temporal do período da independência das ex-repúblicas soviéticas, que se deu a partir da desintegração da União Soviética, em 1991, até o presente. Busca-se compreender os avanços e os retrocessos tidos ao longo dos anos no sentido de uma aproximação entre os países. Para atingir tal objetivo, foram analisados dados econômicos e comerciais, trocas culturais e resultados de visitas e encontros realizados entre autoridades políticas e diplomáticas de alto escalão dos dois Estados. Das três partes do artigo, a primeira discorre sobre a Armênia no que se refere às prioridades de sua política externa - a questão do Nagorno-Karabakh e o reconhecimento do genocídio armênio, destacando a posição do Brasil nestas questões. A segunda parte trata o histórico das relações bilaterais. Na terceira parte apresenta-se uma sinopse das relações comerciais e culturais entre o Brasil e a Armênia.

Palavras-chave: Brasil; Armênia; Relações bilaterais; Nagorno Karabakh; Genocídio armênio.

Abstract

This article examines the bilateral relations between the Federative Republic of Brazil and the Democratic Republic of Armenia. For this purpose, a foreign policy-oriented study of the lapse of time since the independence of the former Soviet republics, which took place after the disintegration of the Soviet Union in 1991, up to the present period, was undertaken, in order to understand reasons of advances and setbacks that have taken place over these years in developing these relations. To achieve this objective, economic and commercial data, cultural exchanges, results of official visits and meetings between high-ranking political and diplomatic authorities of the two States were analyzed. Out of the three parts of the article, the first one offers a general presentation of Armenia's foreign policy priorities - the Nagorno-Karabakh issue and the recognition of the Armenian genocide, emphasizing the Brazilian position regarding these two issues. In the second one, a history of bilateral relations is outlined. In the third part, there follows a synopsis of commercial and cultural relations between Brazil and Armenia.

Keywords: Brazil; Armenia; Bilateral relations; Nagorno Karabakh; Armenian Genocide.

1. Armênia

O estudo das relações bilaterais Brasil-Armênia busca uma compreensão mais profunda da forma como esses países se posicionam nas relações internacionais, o que, por sua vez,

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientando de iniciação científica e membro do GPPI e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso. E-mail para contato: bernardo.marques.lf@gmail.com.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientando de iniciação científica e membro do GPPI e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso. E-mail para contato: lsimonettimunhoz@gmail.com.

permite um vislumbamento dos caminhos que ainda podem ser trilhados no sentido de uma maior cooperação, que seja frutífera para ambas as partes da relação.

A Armênia é uma ex-república soviética, com a capital em Ierevan, possui o território de 29.743 km². Ela se localiza na região do Cáucaso, entre a Ásia e a Europa, fazendo fronteira com Geórgia, Azerbaijão, Irã e Turquia. Sua população, de 2.964.100 habitantes, possui uma peculiaridade que fortalece muito a identidade nacional: além de 98,1% serem de etnia armênia, os armênios quase na integralidade são crentes da Igreja Apostólica Armênia, do ramo ortodoxo do Cristianismo. Esta é uma das mais antigas igrejas cristãs, com mais de 1700 anos de existência (ARMENIA, c2021). Com a forte identidade religiosa e nacional, a Armênia compunha a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) por décadas, tendo proclamado a independência só com a desintegração soviética. Com a sua proclamação em 1991, o país se estabeleceu como uma república democrática independente, soberana, com poderes plenipotenciários, aderindo à Comunidade de Estados Independentes (CEI) pós-União Soviética.

2. Política externa armênia

A política externa armênia é orientada por duas questões principais que têm uma ligação forte com a história do país. Antes de apresentá-las, cabe fazer uma referência ao Ministério das Relações Exteriores da República da Armênia, que conforme a estrutura, é dividido em departamentos específicos, e cuja missão é de cumprir objetivos da política externa do país:

fortalecer a segurança externa do país, manter condições externas favoráveis ao desenvolvimento do país, apresentar as posições da Armênia no cenário internacional, aumentar a eficiência da proteção dos interesses da Armênia e de seus cidadãos no exterior, aprofundar o engajamento nas organizações e processos internacionais, fortalecer a cooperação com os Estados amigos e parceiros, bem como resolver os problemas regionais e criar um ambiente de cooperação. (ARMENIA, c2020)³

Neste contexto, os pontos nodais que orientam sua formulação e sua implementação são a questão do Nagorno-Karabakh e a do reconhecimento do chamado genocídio armênio no âmbito internacional. Ainda que as relações bilaterais possam - e até mesmo devam - ser desenvolvidas em concomitância com a solução destas questões, é notória a importância da

³ Tradução livre do original: “strengthening the country’s external security, maintaining external favourable conditions for the development of the country, presenting the positions of Armenia on the international scene, raising efficiency of protecting the interests of Armenia and its citizens abroad, deepening engagement in the international organizations and processes, strengthening cooperation with the friendly and partner states, as well as resolving regional problems and creating an atmosphere of cooperation.”

posição de qualquer país perante elas para que haja um estreitamento nas relações com a Armênia. Portanto, antes de partir para a análise das relações entre Brasil e Armênia, é importante compreender mais a fundo esses dois tópicos, inclusive o posicionamento brasileiro perante eles.

3. Nagorno-Karabakh

O conflito de Nagorno-Karabakh é a mais relevante questão da segurança nacional e da política externa para a Armênia no contexto do pós-Guerra Fria. Trata-se de uma disputa territorial histórica. A Armênia alega ter soberania sobre o Nagorno-Karabakh, devido a eventos históricos considerados como o despertar da nacionalidade armênia moderna, quando na década de 1720 ocorreu ali uma rebelião contra o exército otomano. Assim, Ierevan entende que é seu dever proteger a sua população do local - cerca de três quartos dos habitantes é de origem armênia – e, por isso, deve manter sua ocupação na região (PUPO, 2018). O conflito se reacendeu durante a reforma gorbacheviana e na dissolução da União Soviética. Durante a época soviética o Azerbaijão exercia a soberania sobre a região, na forma de autonomia nacional, cuja maioria da população era de etnia armênia. A vontade de independência da população de origem armênia do Azerbaijão se manifestou no período da “perestroika”, quando a república autônoma proclamou o território livre do domínio do Azerbaijão, ainda que a soberania do Azerbaijão nunca tenha sido questionada nas resoluções respectivas do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Nagorno-Karabakh.

Apesar do manifesto desejo da sua população (ARMENIA, c2020), a república não foi reconhecida por nenhum país integrante da Organização das Nações Unidas. Enquanto, de um lado, a Armênia apoia a independência da região, reivindicando o direito à autodeterminação dos povos, previsto no Artigo 1 da Carta de São Francisco⁴, o Azerbaijão busca defender a sua soberania e integridade territorial, os direitos previstos no Artigo 2 da mesma Carta (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Os desdobramentos dessa disputa foram mais graves do que se podia prever. Ambos os países estiveram em conflito armado entre 1992 e 1994. Em 1992, foi criado pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) o chamado Grupo de Minsk, com o mandato

⁴ Também conhecida como Carta da ONU, foi assinada em São Francisco, no dia 26 de junho de 1945. Ela é o documento mais importante das Nações Unidas, como determina o seu artigo 103: “No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta”.

de estimular que a Armênia e o Azerbaijão negociassem uma solução pacífica para o conflito. O Grupo é constituído pela Armênia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Alemanha, a Finlândia, a Itália, a Suécia, a Turquia, a França, os Estados Unidos e a Rússia, os três últimos sendo “copresidentes” do Grupo. Em 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou quatro resoluções sobre o conflito⁵. Em 1994 foi negociado um cessar-fogo com a mediação da Rússia. A partir deste momento, a região passou a contar com uma certa autonomia sob o controle militar armênio, apesar de o Azerbaijão seguir reivindicando a soberania sobre o território.

Em 2020, umas décadas depois, o caráter bélico do conflito voltou a se apresentar em 2016, e culminou em setembro-outubro de 2020 em uma guerra que provocou uns milhares de mortes não só de militares, mas também de civis, de ambas as partes e terminou com a desocupação pelas tropas do Azerbaijão das regiões mantidas pela Armênia em torno do Nagorno-Karabakh. No mês de novembro de 2020, chegou-se a um novo acordo de cessar-fogo, mediado pela Rússia, que estabeleceu a entrada das forças russas de manutenção da paz em Nagorno-Karabakh, com o consentimento de ambas as partes. O derramamento de sangue foi sustado e o conflito ficou congelado.

Diante dessa disputa, o Brasil tem adotado uma postura de bastante cautela de neutralidade. Afinal, assumir uma posição unilateral nesta situação significaria, necessariamente, desgastar o seu relacionamento com um dos lados do conflito, a exemplo de alguns países que se posicionam de forma firme perante a questão, como a Turquia que tem apoiado o Azerbaijão. Cabe ressaltar que os laços com o Azerbaijão possuem uma certa prioridade com relação aos com a Armênia, especialmente se forem analisados pelo prisma econômico, por conta da atividade comercial mais ativa com o Brasil. No entanto, a Armênia e o Brasil têm vínculos culturais relevantes, baseados na existência de uma considerável comunidade armênio-brasileira que por vezes atua como elemento importante na política interna. Por essa razão, é adotada uma política segura de neutralidade e de afastamento da tomada de partido em conflito, sem relevância para a política externa brasileira, prezando sempre pela solução pacífica deste entre as partes. Tal postura foi externalizada e confirmada novamente em 2020, quando o conflito readquiriu um teor bélico:

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os desdobramentos do enfrentamento militar, ocorrido em 27 de setembro, entre a Armênia e o Azerbaijão, na linha de contato da zona de conflito de Nagorno-Karabakh. [...] O Governo brasileiro lamenta profundamente a perda de vidas humanas dos dois lados. [...] O

⁵ As resoluções do CSNU que versam a respeito do conflito Nagorno-Karabakh são as de número: 822; 853; 874; 884.

Brasil conclama as partes a cessarem imediatamente as hostilidades, respeitarem mutuamente sua identidade nacional e religiosa e a retomarem as negociações nos âmbitos apropriados. (BRASIL, 2020)

4. A “questão armênia”

Outro posicionamento do Estado brasileiro que é de grande importância para a Armênia é com relação ao reconhecimento da chamada “questão armênia”. O país transcaucasiano tem como uma de suas prioridades diplomáticas o reconhecimento das sistemáticas ações praticadas pelo governo otomano contra seu povo, em 1915, como genocídio (ARMENIA, c2020).

Esta é uma questão de extrema delicadeza, por se tratar de um ponto contencioso com a vizinha República da Turquia, que é considerada sucessora do extinto Império Otomano. Nota-se que ainda que muitos países simpatizem com a causa armênia, na prática a maioria deles evita reconhecer a ocorrência do genocídio e, por consequência, arriscar comprometer as relações com a Turquia - um país cuja relevância em termos econômicos, estratégicos e de influência política regional é considerada muito maior, se comparada com a da Armênia.

Nesse sentido, o Brasil opta por não se posicionar a respeito do tema, até por conta da relevância das relações com a Turquia, que teve um certo protagonismo na história recente das relações exteriores do país, quando os países cooperaram na adoção da Declaração de Teerã em 2010.

No ano de 2015, contudo, os senadores José Serra e Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo, fizeram um requerimento de “Moção de Solidariedade ao Povo Armênio por ocasião do Centenário Do Genocídio”. Os senadores deram declarações não apenas prestando suas condolências à comunidade armênia presente no Brasil, mas também se posicionando no que dizia respeito ao reconhecimento do genocídio. Na própria justificativa do requerimento foi assinalado que “O governo brasileiro, lamentavelmente, ainda não reconheceu o genocídio armênio. Entretanto, alguns Estados já o fizeram.” (BRASIL, 2015).

Este movimento no Senado não é suficiente para caracterizar o reconhecimento do genocídio pelo Brasil. Para tal, seria necessária a aprovação da declaração por ambas as casas do Congresso e pelo Presidente da República, fazendo com que ela adquirisse a força de lei. No entanto, era evidente que tal ato legal não teria sido visto com bons olhos pelo governo turco. Isso se confirmou com o posicionamento feito pelo Ministério de Relações Exteriores da Turquia:

Condenamos a Resolução do Senado brasileiro sobre os acontecimentos de 1915, que distorce as verdades históricas e ignora a lei, e a consideramos um exemplo de irresponsabilidade. [...] As decisões políticas desta natureza, tomadas sob a influência

dos lobbies armênios, não podem alterar os fatos históricos nem as normas jurídicas. (GÜZELDERE, 2018, pp.274-275. Tradução própria⁶.)

Apesar de não representar o reconhecimento do genocídio, o fato de uma moção como a supracitada ter sido aprovada no Senado, mesmo diante das possíveis implicações nas relações bilaterais com a Turquia, demonstram o valor dado à perseguição dos armênios durante a Primeira Guerra Mundial e ao peso político da comunidade armênia radicada no Brasil.

5. Relações bilaterais Brasil-Armênia

Com base na análise da conjuntura política armênia e do posicionamento do Brasil perante esta, entra em foco o histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Armênia. Passa-se, então, a analisar os avanços e retrocessos no sentido de um estreitamento maior dos laços das duas nações - desde o reconhecimento da República da Armênia pelo Brasil até os acontecimentos mais derradeiros.

Durante o período de 1991 até 1998, foram dados os primeiros passos nesse sentido. No ano de 1991, Raffi Hovhannissian, ministro dos Negócios Estrangeiros da recém-independente República da Armênia, realizou a primeira visita de um integrante do governo de seu país ao Brasil. Em 1992, pouco tempo após o reconhecimento da independência, houve o estabelecimento das relações diplomáticas entre as duas nações. Em seguida, houve a visita do recém-eleito presidente armênio Levon Ter Petrosyan ao Brasil, ainda em 1992, por ocasião da CNUMAD-1992. Contudo, as relações não se arrancaram e permaneceram estagnadas, devido à existência de outras prioridades para os dois países naquele período histórico, já que a Armênia era um país recém formado e o Brasil recém-redemocratizado enfrentava uma das mais graves crises financeiras de sua história. Somente em 1998, um consulado-geral armênio foi estabelecido em São Paulo (BRASIL, 2017).

Nas décadas de 2000 e 2010, por outro lado, o momento foi de fortalecimento progressivo nas relações bilaterais. Entre 2000 e 2002, visitas se intensificaram. Em 2000, o ministro dos negócios estrangeiros da Armênia, Vartan Oskanian, visitou o Brasil e teve encontros com figuras de destaque da política brasileira, como o Vice-Presidente da República Marco Maciel. Pouco mais de um ano depois foi a vez do Brasil enviar uma comitiva empresarial para Ierevan, onde houve entre outros encontros, um com o presidente armênio

⁶ Tradução do original: “We condemn the Resolution of the Brazilian Senate on the events of 1915, which distorts the historical truths and ignores the law, and consider it as an example of irresponsibility [...] Political decisions of this nature, taken under the influence of the Armenian lobbies can neither change the historical facts nor the legal norms.”

Robert Kocharian. Em 2002, o Presidente da República Armênia veio ao Brasil, realizando a primeira visita oficial de mais alto nível entre os dois países. Nessa visita, foram assinados o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, e o Acordo de Cooperação Cultural. No mesmo ano, um outro passo importantíssimo para a relação dos dois países foi dado: o estabelecimento da embaixada do Brasil em Ierevan. Entretanto, sua inauguração só se deu quatro anos depois, em 2006. Foi naquele ano que a primeira embaixadora brasileira Renate Stille entregou suas credenciais na capital armênia. A nomeação foi retribuída em 2010 quando o embaixador Ashot Yeghazarian veio ao Brasil (Ibidem).

No ano de 2011, foi estabelecida a embaixada armênia em Brasília, no território alocado desde 2004. No início deste mesmo ano, ocorreu a segunda visita de alto escalão, com a vinda de uma delegação armênia, chefiada pelo ministro dos negócios estrangeiros, Edward Nalbandian, à cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff. Nesta mesma visita, ocorreu um encontro com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, cujo intuito foi o de encontrar meios para o fortalecimento das relações bilaterais. Passados cinco anos, houve mais uma visita de mais alto nível, na qual o presidente armênio Serzh Sargsyan foi recebido pelo presidente interino do Brasil Michel Temer (Ibidem). Esta pode ser considerada como a de maior sucesso até então, pois culminou na assinatura de cinco acordos. Eles versam sobre os seguintes temas: cooperação educacional; cooperação técnica; cooperação em agricultura; consultas políticas; e cooperação entre instituições de ensino diplomáticas.

Apesar de todo este progresso, cabe ressaltar que até esse momento o Brasil ainda não havia retribuído as visitas de chefes de Estado e chanceleres que recebeu. Foi apenas no final de 2017, quando era comemorado o 25º aniversário do estabelecimento das relações bilaterais, que o Ministro das Relações Exteriores brasileiro Aloysio Nunes visitou Ierevan, sendo a primeira visita de um chanceler brasileiro ao país. Nesta visita, realizou-se um Encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Edward Nalbandian, no qual se deu uma avaliação das relações bilaterais e ocorreu a discussão sobre formas de aprofundar e fortalecer os laços entre os dois países (Ibidem). Foi constatada, então, uma preocupação com a evolução lenta da cooperação em comércio e investimentos e houve a assinatura de um memorando acerca deste tema.

6. Relações comerciais Brasil-Armênia

Além das relações diplomáticas, o presente estudo se estendeu também para a análise das relações comerciais entre os dois países. Observando as exportações e as importações, nota-

se que, apesar dos avanços, o estado atual de cooperação política e econômica está aquém do seu potencial. A quantidade de importações chega a ser negligenciável para o Brasil e apesar das cifras das exportações estarem crescendo, elas representam um percentual ínfimo do conjunto total de suas exportações.

Em 2014, o fluxo comercial entre os dois países movimentou mais de 2 bilhões de dólares, gerando um superavit de mais de 400 milhões de dólares para o Brasil.

Cabe destacar também o desequilíbrio da balança comercial das transações entre os dois países (BRASIL, 2016). É justo afirmar que há uma assimetria nas relações comerciais entre o Brasil e a Armênia, uma vez que elas são muito mais expressivas e significativas para um lado do que para o outro - como é possível observar nas figuras dispostas na sequência. Isso pode ser explicado pelo tamanho das duas economias, sendo a brasileira mais forte, mais dinâmica, mais variada.

Figura 1 - TABELA DOS PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DA ARMÊNIA.

Direção das exportações da Armênia US\$ milhões		
Países	2 0 1 5	Part.% no total
Rússia	226	15,2%
China	165	11,1%
Alemanha	145	9,8%
Iraque	131	8,8%
Geórgia	114	7,7%
Canadá	112	7,6%
Bulgária	79	5,3%
Irã	78	5,3%
Estados Unidos	54	3,6%
Itália	49	3,3%
...		
Brasil (78ª posição)	0,01	0,001%
Subtotal	1.153	77,8%
Outros países	330	22,2%
Total	1.483	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Divisão de Inteligência Comercial. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDArmenia.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2021.

Figura 2 - TABELA DAS PRINCIPAIS ORIGENS DAS IMPORTAÇÕES DA ARMÊNIA.

Origem das importações da Armênia US\$ milhões		
Países	2 0 1 5	Part.% no total
Rússia	991	30,4%
China	315	9,7%
Irã	198	6,1%
Alemanha	182	5,6%
Itália	148	4,5%
Turquia	137	4,2%
Ucrânia	125	3,8%
Estados Unidos	105	3,2%
Geórgia	67	2,1%
França	65	2,0%
...		
Brasil (11ª posição)	61	1,9%
Subtotal	2.394	73,5%
Outros países	863	26,5%
Total	3.257	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Divisão de Inteligência Comercial. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDArmenia.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2021.

Há uma série de fatores que podem justificar os baixos números do comércio entre Brasil e Armênia. Um deles é o fato de a Armênia ser um país *landlocked*, ou seja, sem saídas para o mar e, conseqüentemente, sem portos. Isso dificulta e encarece a logística das transações comerciais. Além disso, a enorme dependência armênia com relação à economia russa também representa um entrave, devido a orientação do intercâmbio comercial para o maior parceiro da União Econômica Eurasiática – a Rússia. Um outro empecilho para o progresso das relações comerciais com o Brasil é o natural desconhecimento das oportunidades por parte da elite empresarial brasileira. Outro fator limitante é o baixo dinamismo da economia armênia.

Contudo, a existência no Brasil de uma considerável comunidade da diáspora armênia é identificada como um eixo de fortalecimento das relações comerciais. Ademais, identificam-se como objetivos brasileiros de fortalecimento das relações bilaterais e de sua inserção na região caucasiana o potencial econômico regional, a expansão de sua zona de cooperação internacional e a via de acesso para as economias da Ásia Central. Um exemplo de atitude tomada nesse sentido é o acordo de cooperação internacional, firmado entre o Instituto Rio Branco (Brasil) e a Academia Diplomática (Armênia), em 12/08/2016 e renovado automaticamente a cada 3 anos.

7. Relações culturais Brasil-Armênia

Por último, é essencial atentar às relações culturais entre as duas nações. Talvez as relações diplomáticas e econômicas com a Armênia ainda sejam de uma relevância secundária para o Estado brasileiro, mas as relações culturais e a questão humana envolvida merecem uma atenção especial.

O Brasil recebeu os primeiros imigrantes armênios no século XIX. Contudo, foi na década de 1920 que esse fluxo se intensificou, proporcionalmente aos massacres perpetrados pelo Império Otomano que resultaram na diáspora armênia no Brasil. Os armênios se concentraram principalmente em São Paulo (estado e capital), onde foram fundadas instituições e organizações que buscaram preservar a sua identidade cultural. Atualmente, a comunidade armênia no Brasil chega a 40 mil pessoas.

Atualmente, é possível até mesmo falar em uma certa relevância política dessa comunidade, que já se manifestou, por exemplo, com a moção de solidariedade que passou no Senado brasileiro em 2015. Analisando as relações bilaterais Brasil-Armênia, a cultura desponta como o mais forte vínculo entre os dois países e é lícito afirmar que nele residem as maiores esperanças para o desenvolvimento dessa relação nos âmbitos econômico, diplomático e político.

A discussão da cultura como recurso está intimamente ligada com a segunda premissa, a partir da qual analisamos a indissociabilidade entre as esferas da vida social. A estreita relação entre cultura e política, economia e sociedade tem gerado uma instrumentalização da cultura para fins externos a ela própria, como o desenvolvimento econômico, a manutenção da paz, a integração supranacional, o incremento a participação cidadã etc. (BORJA, 2010, p.8)

8. Considerações finais

Compreendendo as prioridades diplomáticas da Armênia e o posicionamento brasileiro quanto a elas, conhecendo o histórico das relações bilaterais dos dois países e entendendo as relações comerciais e culturais entre ambos, é possível afirmar que as relações do Estado brasileiro com a Armênia ainda são incipientes. Uma das razões para isso é a relativa recência das relações entre os dois países.

No entanto, mais que isso, há uma postura deveras cautelosa do Brasil. Tendo em vista as complicações que o desenvolvimento desta relação possui, tanto no campo econômico, quanto no político, os seus custos tornam-se maiores que benefícios potenciais para o país.

Nesse sentido, o Brasil prioriza as relações com países de maior relevância no cenário internacional em detrimento das com a Armênia.

Ainda assim, pode ser visto um potencial modesto de crescimento no campo econômico, no qual as relações ainda são muito singelas e pouco essenciais. Mas é no campo cultural, que se faz presente um potencial bem maior. A comunidade armênia é o maior vínculo entre os dois países e nela residem as maiores oportunidades para o desenvolvimento das relações bilaterais, que poderiam se refletir em todos os âmbitos, desde cultural passando a econômico-comercial até a cooperação em nível multilateral.

Referências bibliográficas

ARMENIA. The Supreme Council of the Armenian Soviet Socialist Republic. Declaration of Independence. Yerevan, 1990.

ARMENIA. Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Armenia. Diplomatic directory: Diplomatic Missions of the Republic of Armenia. “State Protocol Service Agency”, 2018.

ARMENIA and Azerbaijan fight over disputed Nagorno-Karabakh. BBC News, 28 set. 2020 (a). Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-54314341>>. Acesso em 13 jul. 2021.

ARMENIA, Azerbaijan and Russia sign Nagorno-Karabakh peace deal. BBC News, 10 nov. 2020 (b). Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-54882564>>. Acesso em 13 jul. 2021.

ARMENIA. Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Armenia. Foreign Policy, c2020. Disponível em: <<https://www.mfa.am/en/foreign-policy/>>. Acesso em 10 jul. 2021.

ARMENIA. The Government of the Republic of Armenia. General Information, c2021. Disponível em: <<https://www.gov.am/en/official/>>. Acesso em 14 jul. 2021.

BORJA, Janira Trípodí. Premissas para o Estudo da Cultura nas Relações Internacionais. *In: VI ENECULT: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura*, 25 a 27 de maio de 2010, Salvador. Anais VI ENECULT. Salvador: Facom-UFBa. 15p. ISSN 2177-6075. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24752.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. Congresso. Senado. Requerimento nº550, de 2015. Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3876602&disposition=inline>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. ARMÊNIA: Comércio Exterior. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR, Divisão de Inteligência Comercial - DIC. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDArmenia.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. República da Armênia, 2017 (a). Disponível em: <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4830-republica-da-armenia>>. Acesso em 12 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Mensagem nº 45, de 2017. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Agemar de Mendonça Sanctos para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia. Brasília, 2017 (b).

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Anuário do Instituto Branco. Brasília: Instituto Rio Branco, 2020. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario-2020.pdf>>. Acesso em 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Notas à imprensa. Enfrentamento militar entre a Armênia e o Azerbaijão, 28 set. 2020. Disponível em: <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21799-enfrentamento-militar-entre-a-armenia-e-o-azerbaijao>>. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Turquia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/16850_turquia.pdf>. Acesso em 21 out. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução S/RES/822, 30 de abril de 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00822.pdf>>. Acesso em 19 out. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução S/RES/853, 29 de julho de 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00853.pdf>>. Acesso em 19 out. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução S/RES/874, 14 de outubro de 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00874.pdf>>. Acesso em 19 out. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA. Resolução S/RES/884, 12 de novembro de 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00884.pdf>>. Acesso em 19 out. 2021.

GÜZELDERE, Ekrem Eddy. Brazil-Turkey: Two emerging powers intensify relations. Brasília: FUNAG, 2018.

MARCARIAN, Mônica. Diáspora Armênia no Brasil. Revista de Estudos Orientais: USP, nº 6, p. 109 – 115, 2008.

MEMORANDO de Entendimento para Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Armênia. MRE: 2016

MONTEIRO, Edson. Relatório de Gestão: Embaixada do Brasil em Yerevan, Armênia. Yerevan, 2017.

MUNHOZ, Lucca Simonetti, CARVALHO, Rodrigo Daniel Paiva Monteiro de. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – ARMÊNIA. Cadernos do Cáucaso, Volume 2, N. 3, julho a dezembro de 2019, p. 170-192 Disponível em [cab433_b79de0d2acfe4a68b855f5a0ec632691.pdf \(filesusr.com\)](http://cab433_b79de0d2acfe4a68b855f5a0ec632691.pdf) Acesso em 31 de dezembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm>. Acesso em 14 jul. 2021.

ORIGINS of Christianity, The Armenian Church, c2021. Disponível em: <<https://www.armenianchurch.org/index.jsp?sid=1&id=2&pid=1&lng=en>>. Acesso em 16 mar. 2021.

PUPO, Bianca de Moura. A atuação do Grupo de Minsk no conflito Nagorno-Karabakh. Cadernos do Cáucaso, Vol. 1, No. 1, pp. 68-78, 2018.

PORTUGAL, Nathana Garcez. A Questão do genocídio armênio na relação entre a Turquia e a Armênia. Cadernos do Cáucaso, Vol. 1, No. 1, pp. 48-57, 2018.

Zhebit, Alexander. Nagorno-Karabakh é um conflito descongelado. SinalAberto, 21 de outubro, 2020. Entrevistado por Rodrigo Monteiro de Carvalho. Disponível em: [Alexander Zhebit: “Nagorno-Karabakh é um conflito descongelado” \(sinalaberto.pt\)](#) Acesso em 31 de dezembro de 2021.